



Lobby das crianças dá certo na Constituinte

* 4 OUT 1987
ame P-11

CORREIO BRAZILIENSE

YARA MALHEIROS
Da Editoria Nacional

Grupos de pressões diferentes continuam atuando junto à Constituinte, mas até agora foram as crianças que fizeram o melhor lobby. A meninada passou a perna nos adultos e conseguiu incluir todas as suas propostas no segundo substitutivo do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral. Se aprovadas, constarão na nova Constituição.

Entre as propostas, já transformadas em artigos para a nova Carta, está a garantia de atendimento em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos. Trata-se de uma proposta inovadora, já que a Constituição atual garante o ensino obrigatório apenas para as crianças de 7 a 14 anos.

A nova Constituição poderá tornar obrigatória a oferta de educação especializada e gratuita também para crianças de zero a seis. De acordo com proposta apresentada pela Comissão Nacional Criança e Constituinte, incluída no segundo substitutivo de Cabral, o trabalho noturno ou insalubre ficará proibido para menores de 18 anos e qualquer trabalho a meno-

res de 14 anos, salvo na condição de aprendiz. Permanece a licença remunerada à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário.

No segundo substitutivo do relator Bernardo Cabral a criança está amparada. Conforme o artigo 257 do capítulo VII, que trata da família, do adolescente e do idoso torna-se dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. O artigo afirma ainda que cabe a estas instituições salvar a criança de toda negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Ao deflagrar o lobby da criança na Constituinte, no mês de julho do ano passado, a Comissão Nacional, integrada por representantes dos Ministérios da Educação, Saúde, Previdência Social, Cultura, Planejamento, Justiça, Trabalho e entidades como a Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância), queria mudar o quadro cinzento da infância retratado no

Brasil. O presidente da Comissão, Vital Didonet, está certo porém, que para isso não bastam leis, sendo necessário conscientizar a sociedade.

Sombras e cores escuras compõem este quadro: são 400 mil mortes por ano no Brasil de crianças de zero a quatro anos, mais de mil mortes por dia. Setenta por cento destes meninos morrem por desnutrição. "por falta de um mínimo de alimentação e assistência", resalta Didonet. Os dados mostram-se mais graves somados ao fato de que 8 milhões de crianças permanecem fora da escola no País.

Didonet lembra que o lobby da criança na Constituinte foi precedido de muitas discussões em todos os Estados sobre os problemas dos pequenos. "Analisamos a criança na sociedade de hoje para compreender o valor da infância".

Para defender seus direitos as crianças foram ao Congresso Nacional mais de uma vez este ano. No último dia 2 de setembro elas invadiram as galerias do plenário da Câmara dos Deputados e defenderam para os parlamentares as duas emendas populares à seu favor, assinadas por mais de 100 mil pessoas.